



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

**MEMÓRIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ**  
**Sede da CETESB**

São Paulo - SP, 26 de março de 2010. Horário: 9h às 17h

**Coordenação da Reunião:** Sérgia de Souza Oliveira (MMA)  
**Relatoria:** Marília Passos Torres de Almeida (MMA)

Instituição	Representante	e-mail
<b>Representantes Titular ou Suplente</b>		
ABEMA	Jorge Luiz Nobre Gouveia	<a href="mailto:tdoe@cetesbnet.sp.gov.br">tdoe@cetesbnet.sp.gov.br</a>
	Agnaldo Ribeiro de Vasconcelos	<a href="mailto:agnaldov@cetesbnet.sp.gov.br">agnaldov@cetesbnet.sp.gov.br</a>
ABIQUIM	Marcelo Kós. S. Campos	<a href="mailto:marcelo@abiquim.org.br">marcelo@abiquim.org.br</a>
	Gilson Spanemberg	<a href="mailto:gilson@abiquim.org.br">gilson@abiquim.org.br</a>
CUT	Itamar José Rodrigues Sanches	<a href="mailto:itamar_sanches@uol.com.br">itamar_sanches@uol.com.br</a>
FBOMS	Zuleica Nycz	<a href="mailto:zu.terra@terra.com.br">zu.terra@terra.com.br</a>
FIOCRUZ	Ary Carvalho de Miranda	<a href="mailto:ary@fiocruz.br">ary@fiocruz.br</a>
FUNDACENTRO	Fernando Vieira Sobrinho	<a href="mailto:fernando@fundacentro.gov.br">fernando@fundacentro.gov.br</a>
	Swylmar dos Santos Ferreira	<a href="mailto:swylmar.ferreira@fundacentro.gov.br">swylmar.ferreira@fundacentro.gov.br</a>
IBAMA	Marisa Zerbetto	<a href="mailto:marisa.zerbetto@ibama.gov.br">marisa.zerbetto@ibama.gov.br</a>
MCT	Márcia dos Santos Gonçalves	<a href="mailto:mgoncalves@mct.gov.br">mgoncalves@mct.gov.br</a>
MI	Armin Augusto Braun	<a href="mailto:armin.braun@integracao.gov.br">armin.braun@integracao.gov.br</a>
MMA	S Sérgia de Souza Oliveira	<a href="mailto:sergia.oliveira@mma.gov.br">sergia.oliveira@mma.gov.br</a>
MS	Jorge Machado	<a href="mailto:jorge.huet@saude.gov.br">jorge.huet@saude.gov.br</a>
OPAS/OMS	Alysson F. Lemos	<a href="mailto:alysson.lemos@saude.gov.br">alysson.lemos@saude.gov.br</a>
USP	Maria Olímpia Rezende	<a href="mailto:mrezende@iqsc.usp.br">mrezende@iqsc.usp.br</a>
<b>Ausentes</b>		
ANVISA	ausente	
MAPA	ausente	
MDIC	ausência justificada	
MMA/ASIN	ausente	
MME	ausente	
MRE	ausente	
MT	ausente	
MTE	ausente	
UnB	ausente	
<b>Demais Participantes</b>		
MS/SVS/DSAST	Patrícia Louvandini	<a href="mailto:patricia.louvandini@saude.gov.br">patricia.louvandini@saude.gov.br</a>
	Marcelo Daniel Segalerba	
MMA/SMCQ/DQAM	Ana Paula Pinho Rodrigues Leal	<a href="mailto:ana.pinho@mma.gov.br">ana.pinho@mma.gov.br</a>
	Camila Arruda Boechat	<a href="mailto:camila.boechat@mma.gov.br">camila.boechat@mma.gov.br</a>

	Marília Passos T. de Almeida	<a href="mailto:marilia.almeida@mma.gov.br">marilia.almeida@mma.gov.br</a>
Consultora PNUMA	Ana Cláudia Malhado	<a href="mailto:anaclaudiamalhado@gmail.com">anaclaudiamalhado@gmail.com</a>

## 11 1. Abertura

12 A Sra. *Sérgia de Souza Oliveira*, Diretora de *Qualidade Ambiental na Indústria do*  
13 *Ministério do Meio Ambiente*, iniciou a reunião, dando boas-vindas a todos. Em seguida, houve uma  
14 rodada de apresentação entre os presentes, com posterior aprovação da Pauta da 26ª Reunião  
15 Ordinária, sem alterações.

16 Na sequência, as Memórias da 25ª Reunião Ordinária e da 1ª Reunião Extraordinária foram  
17 submetidas à aprovação. As alterações solicitadas foram incluídas na versão final da referida  
18 memória, disponível no endereço eletrônico: [http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?](http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=143&idConteudo=7253&idMenu=6410)  
19 [ido=conteudo.monta&idEstrutura=143&idConteudo=7253&idMenu=6410](http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=143&idConteudo=7253&idMenu=6410)

20 Após isso, a representante do MMA convidou a técnica do Departamento de Saúde  
21 Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, *Patrícia Louvandini*, para fazer a  
22 apresentação sobre o Plano Integrado de ações de Vigilância em Saúde relacionada a riscos e  
23 agravos provocados por agrotóxicos.

## 24 2. Informe:

### 25 2.1 Plano Integrado de ações de Vigilância em Saúde relacionada a riscos e agravos 26 provocados por agrotóxicos

27 A apresentação iniciou exibindo um panorama nacional do SINAN (Série Histórica de Casos  
28 de Intoxicação por Agrotóxicos), que demonstra o aumento de casos de agravos no decorrer dos  
29 anos, num cenário em que o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos. Para  
30 fazer frente a esta problemática, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 397/2007, constituiu  
31 grupo de trabalho para elaborar e acompanhar a implementação do “Plano Integrado de ações de  
32 Vigilância em Saúde relacionada a riscos e agravos provocados por agrotóxicos”. O Plano propõe a  
33 estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) para enfrentar a exposição da população aos  
34 agrotóxicos. Para isso, são previstas estratégias de operacionalização, dentre as quais parceria com o  
35 MAPA, EMATER, MEC, MDIC, etc.

36 O Plano está estruturado em 04 Eixos de Intervenção: (1) Atenção Integral em Saúde das  
37 Populações Expostas a Agrotóxicos, (2) Promoção à Saúde, (3) Agenda Integrada de Estudos e  
38 Pesquisas e (4) Participação e Controle Social. Para cada um dos eixos, foram definidas diretrizes,  
39 ações prioritárias, atividades relacionadas, estratégias para implementação, prazos para início e fim,  
40 indicação de responsáveis, bem como outros órgãos e entidades envolvidos.

41 Por fim, foi apresentado um cronograma das atividades do Plano, dividido em 3 fases (Fase I  
42 - Harmonização e elaboração de instrumentos, Fase II - Implantação no SUS, Fase III -  
43 Consolidação e manutenção nas três esferas), bem como o fluxograma do procedimento de  
44 atendimento do usuário no SUS.

45 O Plano também envolve a extensão rural, pois objetiva substituir o uso de agrotóxicos de

46 grande toxicidade por outros menos ofensivos, além de estimular a agricultura orgânica.

47 Durante os debates, *a representante da FBOMS* questionou sobre a participação da sociedade  
48 civil no processo da elaboração do plano, tendo sido esclarecido que em todo processo a sociedade  
49 está presente, por meio do controle social e da gestão participativa. Além disso, o Conselho Nacional  
50 de Saúde (CNS), que aprovará por fim o Plano, é composto por representações da sociedade civil,  
51 que participou ativamente de sua elaboração.

52 *O representante da ABEMA* sugeriu que o Ministério dos Transportes seja um dos parceiros  
53 do Plano, para enfrentar o problema da manipulação inadequada de agrotóxicos fracionados pela  
54 população, oriundos do transporte ilegal de cargas. Também perguntou como os Estados que não  
55 possuem Centros de Assistência Toxicológica, maioria no país, farão o atendimento. *A técnica do*  
56 *MS* respondeu que faz parte dos objetivos do Plano capacitar os centros de saúde básica para fazer o  
57 atendimento adequado proposto no fluxograma apresentado.

58 *A representante da USP* questionou sobre se existe no Plano menção aos custos de uma  
59 intoxicação aguda, tendo a técnica do MS explicado que, dentro do Eixo “Agenda Integrada de  
60 Estudos e Pesquisas”, o propósito é que as universidades sejam parceiras no desenvolvimento destes  
61 estudos.

62 *O representante da CUT* demonstrou preocupação quanto à exposição ocupacional aos  
63 agrotóxicos, sugerindo que os sindicatos também sejam parceiros do Plano, inclusive os de  
64 agricultura familiar.

65 *As representantes do MCT e do MMA* perguntaram se o cronograma está sendo cumprido,  
66 tendo a técnica do MS dito que já existe um atraso de 1 ano na implementação, pois ainda aguarda a  
67 aprovação do CNS para iniciá-la. A intenção é que os esclarecimentos e detalhamento de  
68 informações sobre o Plano, solicitados pelo Conselho, já sejam apreciados na sua próxima reunião, a  
69 ser realizada na primeira quinzena de abril.

70 *O representante da ABEMA* questionou se o MEC (Ministério da Educação) é parceiro do  
71 Plano, haja vista a necessidade de haver educação nas escolas junto às crianças para combater a  
72 propaganda de algumas indústrias que estimulam o consumo de agrotóxicos. *A técnica do MS*  
73 respondeu que o MEC é uma das parcerias previstas.

74 Sobre isso, *a representante da FBOMS* comentou que a indústria tem que estar inserida no  
75 Plano, para que o setor de produção e importação de agrotóxicos esteja informado dos objetivos  
76 propostos pelo governo brasileiro. Se o Plano almeja atacar a raiz de todo o problema, é preciso  
77 reconhecer que as indústrias estão na raiz do problema, pois têm interesse de vender cada vez mais  
78 agrotóxicos. *A representante do FBOMS* sugeriu que a indústria seja chamada para se comprometer  
79 publicamente com os objetivos desse Programa, que - entre outros - é combater o uso indiscriminado  
80 de agrotóxicos e informar devidamente a população de todos os seus riscos.

81 *A representante do MMA*, por sua vez, entendeu que o foco do Plano não deve ser as  
82 indústrias, mas a educação do consumidor para um consumo consciente, que dentre as várias opções  
83 de produtos para controle de pragas disponíveis no mercado, adota a que lhe for mais conveniente.  
84 Esclareceu também que não cabe à CONASQ fazer críticas ou sugestões ao Plano apresentado. O

85 objetivo do MS ao inserir este Informe era somente dar conhecimento sobre ele aos membros da  
86 Comissão.

87 *O representante da FIOCRUZ* solicitou a palavra para uma questão de ordem. Suscitou a  
88 reflexão sobre qual deve ser a agenda de atuação da CONASQ e suas ações prioritárias, para que a  
89 Comissão não atue por demanda, sob pena de as discussões nas reuniões tomarem muita  
90 capilaridade, sem ter na verdade um objetivo prático. Sugeriu que a pauta da presente reunião fosse o  
91 detalhamento da agenda da Comissão.

92 *A representante do MMA* concordou e lembrou que o mapeamento das ações institucionais  
93 que está sendo feito no âmbito da CONASQ tem o objetivo de trazer insumos para a revisão e  
94 planejamento da agenda da Comissão. O Informe sobre o status deste levantamento de informação  
95 seria dado ainda naquela reunião.

96 *A representante do FBOMS* lembrou que as indústrias fazem parte fundamental da gênese  
97 do problema que é o Brasil ter se tornado o maior consumidor mundial de agrotóxicos do planeta, e  
98 que a situação absurda mostrada pela Técnica do MS ao descrever a falta de conhecimento dos  
99 agricultores em relação aos perigos do agrotóxico é resultado – entre outros - da falta de políticas  
100 públicas e do forte envolvimento da indústria dos agrotóxicos no processo de doutrinação de  
101 crianças, como foi feito na década de 90 no Paraná. Nessa época foi iniciada uma parceria entre o  
102 governo do estado e a federação da agriocultura, com forte apoio de multinacionais dos agrotóxicos,  
103 e criou-se um programa chamado AGRINHO voltado para crianças da rede de ensino do meio rural,  
104 em cujas cartilhas distribuídas amplamente para as crianças (entre 7 a 14 anos) o agrotóxico era  
105 mostrado como única solução para o combate de ervas daninhas, fungos, bactérias. Partindo então da  
106 premissa de que a aplicação de agrotóxicos era inevitável, o programa se propunha a ensinar as  
107 crianças a usarem equipamentos de proteção individual para poderem aplicar agrotóxicos “com  
108 segurança”. A abordagem das crianças era feita através dos professores da rede de ensino público do  
109 meio rural, que também recebiam treinamento prévio e as cartilhas para distribuição.

110 *O representante da ABIQUIM* lembrou que não tem autonomia para falar pelas indústrias de  
111 agrotóxicos, porém enfatizou que não é correto considerar todas as indústrias como bandidas, pois  
112 ele fala pelas indústrias responsáveis. Falou que muitas indústrias, além de cumprirem as disposições  
113 legais, desenvolvem programas ambientais voluntariamente. Destacou que as indústrias não fazem  
114 grandes investimentos em produtos cuja tendência seja sua substituição por outros, compostos por  
115 moléculas menos agressivas. Lembrou que o papel da CONASQ é a parceria, e que a indústria de  
116 agroquímicos não se sente acolhida pela Comissão. Enfatizou a necessidade de os membros da  
117 CONASQ terem mais responsabilidade por suas declarações.

118 *A representante do FBOMS* concordou que não é correto afirmar que “todas” as empresas  
119 são bandidas, mas declarou-se surpresa pelo fato do representante da ABIQUIM ter esquecido que a  
120 própria ANVISA, na última reunião da CONASQ, havia feito um extenso relato das inspeções  
121 realizadas em grandes multinacionais do agrotóxico sediadas no Brasil, e informado sobre as multas  
122 e apreensões realizadas devido a vários casos de adulteração na formulação de agrotóxicos vendidos  
123 por essas empresas, fatos que foram amplamente divulgados na imprensa nacional. Lembrou que o  
124 representante da ABIQUIM estava presente nessa reunião em que o relato foi feito pelos  
125 representantes da ANVISA, e que após a explanação da ANVISA ele inclusive comentou que

126 achava importante a presença da indústria do agrotóxico nas reuniões da CONASQ para tratarem  
127 desse assunto, já que ele alegou que não representava essa indústria.

128 *A representante do MMA* concordou com o representante da ABIQUIM, dizendo que a  
129 CONASQ é um grupo essencialmente de conflito e não de consenso, mas ressaltou a importância de  
130 que as declarações de seus representantes sejam respaldadas em fatos comprovados.

131 *A representante do FBOMS* se prontificou em trazer informações sobre o AGRINHO para  
132 que os membros da CONASQ tenham conhecimento desse projeto, e façam suas ponderações em  
133 relação ao programa apresentado pelo Ministério da Saúde.

## 134 **2.2. Relato sobre a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental**

135 Dando sequência à pauta, *o representante do MS* fez apresentação sobre os resultados da 1ª  
136 Conferência Nacional de Saúde Ambiental, que teve como tema “Saúde Ambiental na cidade, no  
137 campo e na floresta: Construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis”. A  
138 Conferência, que foi realizada conjuntamente pelo Ministério da Saúde, Ministério do Meio  
139 Ambiente, Ministério das Cidades e seus respectivos Conselhos, resultou na priorização de 12  
140 diretrizes e 24 ações estratégicas para a formulação da Política Nacional de Saúde Ambiental,  
141 conforme metodologia aplicada em todo o processo.

142 Foram apresentados os objetivos da Conferência e um balanço da participação nas etapas  
143 preparatórias (regionais, estaduais e municipais). Como atividades a serem desenvolvidas no pós-  
144 Conferência, têm-se: (1) a avaliação dos resultados, (2) o acompanhamento dos desdobramentos nos  
145 Estados e Distrito Federal; (3) a implementação das ações estratégicas pelos ministérios envolvidos e  
146 (4) a elaboração da minuta da Política Nacional de Saúde Ambiental.

147 Por fim, *o representante do MS* apresentou planilha com as propostas correlatas ao tema da  
148 segurança química contidas no Relatório Final da Conferência.

149 *O representante da FIOCRUZ* elogiou a metodologia inovadora desta Conferência, que focou  
150 as propostas na priorização de poucas diretrizes e ações estratégicas, sendo mais enxuta e direta,  
151 facilitando sua execução.

152 *O representante da OPAS* concordou com o representante da FIOCRUZ e falou que este  
153 modelo pode ser adotado por outras conferências também.

154 *A representante da FBOMS* destacou que é importante que a Política Nacional de Saúde  
155 Ambiental que será construída como resultado da Conferência esteja em conexão com a Política  
156 Nacional de Resíduos Sólidos, que tramita no Congresso Nacional. Observou também a absoluta  
157 ausência de qualquer menção por parte dos participantes da Conferência dos temas fundamentais dos  
158 tratados químicos internacionais, mercúrio, por exemplo. E que moções foram apresentadas com  
159 número suficiente de assinaturas que não constavam do relatório prévio.

160 *A representante do MMA* comentou que é interessante que seja feito um levantamento nas  
161 deliberações das etapas estaduais das propostas relacionadas à segurança química. Lembrou que, no  
162 passado, a formação do GT de Agrotóxicos no âmbito da CONASQ se deu em resposta às

163 deliberações de conferências.

### 164 **2.3. Status do preenchimento do Formulário de coleta de informações sobre as ações** 165 **institucionais relacionadas à segurança química**

166 Passando para o próximo informe, a *representante do MMA* esclareceu que o prazo para o  
167 preenchimento do formulário foi adiado para o dia 05 de abril e que, portanto, a apresentação que  
168 será feita traz apenas um balanço parcial. Convidou a *Analista Ambiental do MMA, Sra. Marília*  
169 *Passos*, para fazer sua apresentação.

170 A *Analista do MMA* iniciou sua apresentação, resgatando as reuniões da CONASQ em que  
171 foi deliberada a necessidade de fazer o levantamento das ações institucionais relacionadas à  
172 segurança química e os objetivos deste levantamento. Em seguida, exibiu um quadro em que  
173 constam as instituições que até o momento já preencheram o formulário, bem como a quantidade de  
174 ações já informadas. Finalizou a apresentação, trazendo um quadro com as ações institucionais já  
175 informadas que fazem referência às linhas de ação do PRONASQ.

176 A *representante do MCT* sugeriu que o formulário fique disponível para preenchimento  
177 permanentemente, bem como que todas as instituições da CONASQ possam acessar as informações  
178 umas das outras.

179 A *representante da FBOMS* relata sua dificuldade em mapear na Rede de ONGs as ações da  
180 entidade que representa, uma vez que são esparsas e pulverizadas, bem como possuem organização  
181 distinta da lógica do órgãos do governo.

182 A *representante do MMA* sugeriu que a representante da FBOMS informe as ações do  
183 movimento social num nível macro, a partir de sua experiência própria, sem precisar citar as  
184 organizações

185 O *representante da FUNDACENTRO* falou que, quando preencheu algumas ações, não fez  
186 referência às linhas de ação do PRONASQ, marcando a opção “não se aplica”, pois entende que o  
187 PRONASQ está desatualizado e não abrange as ações mais atuais de sua instituição, como as da área  
188 de Nanotecnologia. Sugeriu que, além do PRONASQ, a referência seja feita com base na SAICM  
189 (*Strategic Approach to International Chemicals Management*).

190 A *representante do MMA* disse que a partir do conhecimento do que cada instituição da  
191 CONASQ faz, ter-se-á algo mais concreto para construir a agenda de atuação da Comissão.

192 O *representante da FIOCRUZ* concordou com a representante do MMA e falou que acredita  
193 que a dificuldade vai estar em estabelecer critérios para a eleição das prioridades de atuação da  
194 CONASQ. Deve ser coerente com a realidade nacional e com a capacidade de enfrentamento da  
195 Comissão. Defendeu que um tema, por si só e em toda sua abrangência, não pode ser prioritário,  
196 devendo-se focar num aspecto específico do mesmo.

197 A *representante do IBAMA* opinou que o PRONASQ precisa ser revisado, para que expresse  
198 o que é hoje atual nos âmbitos nacional e internacional. Sendo plurianual, o PRONASQ contém todo  
199 o cenário que precisa ser trabalhado, porém não pode ser inserido tudo o que cada instituição da

200 CONASQ faz, sob pena de inchá-lo. Por outro lado, o PRONASQ tem que estar afinado com o que  
201 as instituições já vêm fazendo. O grande desafio será construir as prioridades anuais.

202 *O representante da CUT* enfatizou a necessidade de ser ter prioridades, sem incidir no erro de  
203 querer priorizar tudo.

204 *A representante do IBAMA* defendeu que, em termos orientadores para a definição da agenda  
205 da CONASQ, devem ser considerados os compromissos internacionais do Brasil e a relevância do  
206 tema por si. Os componentes do NIP (Plano Nacional de Implementação da Convenção de  
207 Estocolmo) têm prioridade, além dos itens que estão na pauta nacional.

208 *A representante da FBOMS* falou que existem outras fontes de identificação de questões,  
209 como as conferências nacionais, levantamento do mapa de conflitos ambientais, SAICM, que dêem a  
210 contextualização para a tomada de decisão.

211 *A representante do MMA* propôs que as discussões sobre a definição de critérios para  
212 priorização da agenda da CONASQ sejam pauta da próxima reunião da Comissão, sugerindo ainda  
213 que os debates já iniciem por email.

### 214 **3. Definição de estratégias para implementação do mecanismo de atuação da CONASQ na** 215 **implementação do Projeto NIP**

216 Após o intervalo do almoço, *a representante do MMA* apresentou os resultados do Seminário  
217 Inicial do Projeto de Desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação da Convenção de  
218 Estocolmo, ocorrido nos dias anteriores, inclusive com participação de membros da CONASQ.  
219 Como um dos resultados, falou da proposta para formação do Grupo Nacional Coordenador (GNC)  
220 do Projeto, a ser composto pelo MMA, Ministério da Saúde (ou Anvisa, ou Fiocruz) Ministério do  
221 Trabalho e Emprego (ou Fundacentro), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio  
222 Exterior, ABIQUIM, CUT e FBOMS. Explicou que o objetivo é que o GNC esteja erguido sobre o  
223 tripé: meio ambiente - saúde - trabalho, com composição equitativa entre o setor governamental e da  
224 sociedade civil, com representações extraídas da CONASQ. Além disso, entendeu-se importante que  
225 a Indústria componha o GNC. A proposta deve ser aprovada pela CONASQ.

226 *A representante da USP* propôs que sua instituição também compusesse o GNC.

227 *A representante da FBOMS* concordou com a representante da USP, porém, para não  
228 desequilibrar demais, pois o GNC tem mais membros do governo do que da sociedade civil, sugeriu  
229 que o MDIC cedesse sua vaga para a USP de modo a manter o mesmo número de membros.

230 *O representante da ABIQUIM* alertou quanto à desnecessidade de se ampliar tanto o GNC,  
231 sob pena de se formar uma nova CONASQ.

232 Após discussão em que se colocou que o GNC terá um papel mais gerencial, administrativo,  
233 *a representante da USP* retirou sua candidatura e colaborará nos grupos técnicos interinstitucionais  
234 (GTIs).

235 Isto posto, a CONASQ aprovou a composição do GNC tal qual foi proposto pela Plenária do  
236 Seminário. Passou-se à decisão de qual das instituições das áreas da Saúde e do Trabalho comporão

237 o GNC.

238 O representante da FUNDACENTRO falou que será sua instituição que fará a representação  
239 no GNC pela área do Trabalho, tendo nesse sentido obtido o acordo do representante titular do  
240 MTE, Roque Puiatti, o qual informou sobre dificuldades de agenda, e que seu atual suplente na  
241 CONASQ foi transferido de Brasília e será substituído em breve.

242 Os representantes do MS e da FIOCRUZ falaram que, como a ANVISA não pôde estar  
243 presente nesta reunião, as três instituições ainda vão discutir a respeito e, na sequência, comunicarão  
244 a Secretaria Executiva da CONASQ qual instituição representará o Setor Saúde no GNC.

#### 245 **4. Informes Finais: Perfil regional de agrotóxicos e mercúrio no âmbito do MERCOSUL**

246 Os representantes do MS e do MMA retomaram o informe dado na 25ª Reunião Ordinária da  
247 CONASQ, realizada em 03/12/10, referente ao Perfil regional de agrotóxicos e mercúrio no âmbito  
248 do MERCOSUL, para informar que não haverá mais o seminário com parceiros para validação das  
249 informações, que estava previsto e havia sido divulgado, por questões de tempo e limitação de  
250 recursos. Será feita apenas a apresentação do Perfil de Agrotóxicos ao CTA (Comitê Técnico de  
251 Assessoramento para Agrotóxicos) para aprovação; e as informações referentes ao Mercúrio para  
252 elaboração do Perfil serão analisadas pelo MMA e pela JICA (Agência de Cooperação Internacional  
253 do Japão).

#### 254 **4. Encaminhamentos**

255 1º) O MMA vai verificar a viabilidade de operacionalizar as sugestões referentes ao formulário para  
256 levantamento das ações institucionais relacionadas à segurança química.

257 2º) Os representantes do MS e da FIOCRUZ elaborarão um documento contendo proposta de  
258 critérios para definição das prioridades de agenda da CONASQ, e encaminharão por email para  
259 discussão. A discussão deverá se estender até 10 dias antes da próxima reunião da CONASQ.

260 3º) Dando sequência ao encaminhamento da 1ª Reunião Extraordinária da CONASQ, realizada em  
261 09/02/10, a representante da FBOMS elaborará proposta de minuta de documento contendo  
262 manifestação da CONASQ sobre o processo de reavaliação de agrotóxicos, a ser enviada a todos por  
263 email, para sugestões.

#### 264 **Para a próxima Reunião Ordinária (27ª):**

265 1º) Discutir sobre critérios de priorização da agenda da CONASQ (apresentação MS e FIOCRUZ).

266 2º) Deliberar sobre o documento contendo manifestação da CONASQ sobre o processo de  
267 reavaliação de agrotóxicos.

268 Nada mais havendo a tratar, a representante do MMA agradeceu a presença de todos e  
269 encerrou a reunião.